

GILBERTO FREYRE, "CASA-GRANDE & SENZALA" E A ESCRAVIDÃO NEGRA

J.V. Freitas Marcondes

"God put a dream like steel in my
soul,
. I was the seed of the coming
FREE"

(Langston Hughes (1902-1967))

INTRODUÇÃO

O mundo nestes últimos cem anos mudou mais que em todos os séculos reunidos da História e a segunda metade do nosso século ultrapassou a primeira em mudanças, afirmou o professor Kilpatrick, da Colúmbia University, num livro indispensável aos estudiosos da educação e das ciências sociais¹. Poderíamos dizer também quase a mesma coisa no tocante ao problema do negro no mundo ou mais especificamente no Brasil e nos Estados Unidos. Estas duas nações, em suas fases de colonização, tiveram escravos africanos por alguns séculos e foram os dois países que mais receberam oriundos da África.

Em nossos dias há muita discussão em torno da escravidão negra e suas conseqüências sociais nos dois citados países. Com relação aos Estados Unidos, Gilberto Freyre, em **Casa-Grande & Senzala**, utiliza um representativo número de fontes de consultas, conforme se pode ver nas "notas" dos dois últimos capítulos daquela monumental obra – hoje com meio século de existência e considerada "obra clássica universal", "Notas" essas citando os melhores estudos já publicados sobre os "black slaves" e assuntos correlatos naquele país. Entre nós, há também um número bastante representativo, a começar pelos trabalhos dos abolicionistas, notadamente José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, vindo a seguir os estudos de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edson Carneiro, Manoel Querino, Oliveira Viana, Florestan Fernandes, René Ribeiro e outros. Entre os estrangeiros mais conhecidos no Brasil, figu-

ram Herskovits, Wagley Pierson, Roger Bastide e alguns outros. Obviamente destacamos a grande contribuição do mestre Gilberto, apresentando novos "approaches" ao estudo do preto escravo e da História Social no Brasil, analisando o regime patriarcal monocultor e dando especial ênfase ao tema: "O Escravo Negro na Vida Sexual e de Família do Brasileiro", revelando aspectos pioneiros nesse campo.

Grande é a diferença no relacionamento social do preto, no ontem e no hoje, no Brasil e nos Estados Unidos, em muitos aspectos, quantitativa e qualitativamente falando, inclusive em certos fatos históricos, como veremos a seguir.

INÍCIO DO TRÁFICO NEGREIRO E DA ESCRAVIDÃO DOS AFRICANOS

Na **Enciclopédia Americana Internacional**, com muitas edições em inglês, encontramos: "The Slave trade was a significant factor in the expansion of European capitalism from the 16th to the 18th centuries. First the Portuguese, then the Dutch and the French, and finally, in the 18th century, the British became the leading Slave traders" (Vol. 20 p. 80). Portugal, de fato, foi o pioneiro nesse tráfico, mas começou no século XV e não no XVI, segundo a "Encyclopaedia of the Social Sciences" que afirma: "...1444, the date of the first shipload of Senegalese black to arrive in Portugal, with Negro slaves from various tribes which they encountered" (Vol. 14, p. 80). O tráfico negreiro foi um dos melhores negócios nessa época, por alguns séculos, enriquecendo muita gente na Europa, principalmente em Portugal, Holanda, França, Inglaterra, Espanha e por que não se dizer também no Brasil e nos Estados Unidos, um pouco mais tarde?

Em trabalho que apresentamos ao Seminário de Tropicologia no Recife, em 1966, a convite do mestre Gilberto Freyre, analisando o tema "Trabalho e Lazer nos Trópicos", estudamos em várias páginas a história da escravidão no mundo, apoiando-nos em Bouglé, **Histoire Du Travail** e principalmente em Cabanellas, **Tratado de Derecho Laboral**, em 4 volumes, e outros autores especializados, mostrando que a escravidão é uma instituição velhíssima entre os homens, tendo aparecido há milhares de anos antes de Cristo. A escravidão sempre foi combatida, principalmente pelos juristas e estudiosos, conforme ressaltamos nesse ensaio². O Continente Africano, em vários séculos, foi desfalcado em cerca de cem milhões de cativos, segundo a estimativa de Cabanellas, na obra citada.

OS PRIMEIROS ESCRAVOS AFRICANOS NO BRASIL E NOS EUA

Os primeiros escravos africanos entraram no Brasil em 1538 e nos EUA em 1619, com uma diferença de 80 anos, entre um país e outro.

Nesta altura vale a pena ressaltarmos que, com a chegada de Martim Afonso de Souza ao Brasil, em 1532, com "600 degredados" – conforme aprendemos em nossas escolas – Portugal desconhecia quase por completo a nova terra, denominada Brasil, terra esta que os europeus começavam a namorar, a ela enviando várias expedições.

Os “degredados” assim que chegaram em S. Vicente – onde foi construído um monumento comemorativo desse feito histórico – de pronto se deram muito bem com as bonitas mulheres índias que viviam quase nuas nas praias e que desconheciam os homens brancos. Humberto de Campos, numa das suas deliciosas crônicas, descreve o que aconteceu, terminando com a seguinte frase: “nove meses depois dobrava a população brasileira”. Todavia, se com as índias os degredados se davam muito bem, o mesmo não acontecia com os índios, por duas óbvias razões: primeiro, pelo ódio aos brancos, por terem roubado as mulheres mais bonitas das suas tribos e, segundo, por não se sujeitarem ao trabalho escravo que os portugueses tentavam lhes impor, insistentemente, através de mil e um modos e artimanhas diferentes, principalmente nos primeiros anos, após a chegada dos degredados em S. Vicente. Esses índios acostumados há séculos a um sistema de vida livre e errante pelas florestas, tudo faziam para não perder a liberdade. Os portugueses logo sentiram a fobia dos índios pelo trabalho, acrescida pela aversão aos brancos. Aliás, mestre Gilberto Freyre nos mostra tudo isso, com pinceladas fortes, no seu monumental **Casa-Grande & Senzala**, conforme já procuramos mostrar no N^o 226 de **Problemas Brasileiros**, resenhando os três gostosos primeiros capítulos que vale a pena serem lidos ou relidos.

Em face do exposto, o governo português de então que já estava habituado, há mais de um século, ao tráfico negroiro na África e com farta experiência nesse particular, atendeu aos reiterados pedidos dos colonizadores ou ex-degredados, enviando para São Vicente e algumas outras capitanias as primeiras levas de escravos africanos em 1538. Depois outras e muitas outras mais. Quando Gilberto escreveu **Casa-Grande & Senzala** não se preocupou em procurar o número ou os números de escravos negros, mesmo porque é notória sua ojeriza por números ou dados estatísticos, desde aquela época, ou seja, há 50 anos atrás. Contudo, achamos oportuno revelar alguns importantes dados sobre os escravos negros nos dois referidos países, muito embora esses números sejam bastante discutíveis hoje, por uma série de razões.

No Brasil torna-se ainda mais difícil qualquer afirmação numérica em virtude da destruição de quase todas as fontes básicas pertinentes à escravidão, destruição essa levada a efeito através do decreto federal de 14 de dezembro de 1890, elaborado por Ruy Barbosa, quando Ministro da Fazenda, a fim de evitar que os patriarcas – donos de milhares de escravos – ajuizassem centenas de ações contra o Tesouro Nacional, exigindo indenizações³, como havia ocorrido em alguns países, por ocasião da libertação dos escravos. O Parlamento Inglês, por exemplo, em 1833 discutiu muito o assunto e logo a seguir foi promulgada uma lei, abolindo a escravidão e ao mesmo tempo indenizando os donos de escravos em todas as possessões britânicas, incluindo o Canadá e as colônias inglesas do Novo Mundo⁴.

OS DISCUTIDOS NÚMEROS DE ESCRAVOS NEGROS ENTRADOS NOS DOIS PAÍSES

Inicialmente torna-se oportuno frisar que o presente item não é pacífico, principalmente no Brasil. Nos Estados Unidos, a soma dos escravos ne-

gros entrados gira em torno de 4 milhões, segundo se lê numa conceituada Enciclopédia, *in verbis*: "The slave population grew from less than 700.000 in 1790 to 2 million in 1830 and almost 4 million by the beginning of the Civil War"⁵. Nosso saudoso mestre T. Lynn Smith, num dos seus importantes livros⁶, enumera os resultados dos censos demográficos norte-americanos, ressaltando o período de 1790 a 1950 os números dos ex-escravos pretos, seus descendentes e a percentagem deles na população do país. No primeiro censo, realizado em 1790, o total dos escravos negros era de 757,208 – diferente, como se vê, do que afirma a pré-citada enciclopédia – e representava 19,3% da população total do país. Em 1860, antes da Guerra Civil, o número de pretos era de 4.441,830 e a percentagem deles, na população norte-americana era de 14,1%.

O sugestivo quadro seguinte mostra a linha de crescimento dos pretos até 1950, mas a percentagem cai ainda mais, ficando em apenas 10%. Atualizando essa quantificação encontramos em 1980 – no vigésimo recenseamento dos Estados Unidos – o número de 26.488.218 pretos, com a percentagem de 11,5% da população total que era de 226.546.000 habitantes, conforme se vê do referido quadro.

QUADRO 1

Número de Habitantes, Número dos Pretos e
Percentagem na População dos USA, em 1790 e 1980

Ano	Nº de Habitantes	Nº de Pretos	% dos Pretos na População Total
1790	3.929.214	757.208	19.3
1800	5.308.483	1.002.037	18.9
1810	7.239.881	1.337.808	19.0
1820	9.638.453	1.771.656	18.4
1830	12.866.020	2.328.642	18.1
1840	17.069.453	2.873.648	16.8
1850	23.191.876	3.638.808	15.7
1860	31.443.321	4.441.830	14.1
1870	38.558.371	4.880.009	12.7
1880	50.155.783	6.580.793	13.1
1890	62.947.714	7.488.676	11.9
1900	75.994.575	8.833.994	11.6
1910	91.972.266	9.827.763	10.7
1920	105.710.620	10.463.131	9.9
1930	122.775.046	11.891.143	9.7
1940	131.669.275	12.865.518	9.8
1950	150.697.361	15.042.286	10.0
1960	180.067.191	19.006.000	10.8
1970	205.181.213	22.789.000	11.1
1980	226.546.000	26.488.218	11.5

Obs.: O quadro acima foi por nós organizado, sendo que as duas primeiras colunas aparecem em páginas diferentes no pré-citado livro do Prof. T. Lynn Smith, pp. 145 e 505, até o ano de 1950.

No Brasil, como todos sabem, torna-se mais difícil a análise quantitativa em virtude da destruição dos elementos básicos ordenados por Ruy Barbosa, como já vimos. Entretanto, o conceituado antropólogo Arthur Ramos, no último trabalho que escreveu e que infelizmente não chegou a ver publicado, num excelente capítulo do primeiro livro texto sobre Brasil, editado nos Estados Unidos, procurou elucidar o número de escravos entrados em nosso país, afirmando: "The estimates of the number of Negro slaves imported during the four centuries vary from 4 to 18 millions. Pandiá Calogeras calculated the annual average at from 50,000 to 60,000 Negroes. This gives from 5 to 6 million per century, or 18 million during the three centuries of the regular traffic. Various authrous think these numbers too high⁷.

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NEGRA NOS DOIS PAÍSES

Nos dois países a abolição foi ocorrendo aos poucos, mesmo porque a resistência dos escravocratas era himalaica, contrabalanceada pelo vigor cada vez maior dos abolicionistas que tinham a seu favor o escudo da justiça e da dignidade humana.

O Brasil foi um dos últimos países a decretar a abolição dos escravos, tendo à sua retaguarda a emancipação na Inglaterra, em 1771, na França em 1794, no Haiti e na Jamaica em 1804, na Argentina em 1813, na Bolívia em 1831, nas Colônias Inglesas em 1833, no Uruguai em 1842, na Colômbia e na Rússia em 1851, na Venezuela em 1854, em Portugal em 1856, no Paraguai em 1862, no Peru em 1860, nos Estados Unidos em 1865, na Espanha em 1872, em Cuba em 1886. Custou para o Brasil aprender a lição. . . Houve vários projetos e tentativas que antecederam a emancipação; a primeira lei que realmente se efetivou, proibindo o tráfico de escravos, foi a de 4 de setembro de 1850, elaborada por Eusébio de Queirós. A segunda veio depois de muita luta em 28 de setembro de 1871, denominada Lei do Ventre Livre, declarando emancipados todos os nascidos de ventre escravo. Finalmente, a 13 de maio de 1888 a Princesa Isabel assinou a Lei da Abolição dos Escravos, contendo dois lacônicos artigos: "Art. 1º - É declarada extinta a Escravidão no Brasil; Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário." Aproximadamente um milhão de escravos alcançaram a liberdade nesse dia de festas e contentamento do povo, mas também de protestos da parte dos seus proprietários empobrecidos. Centenas de fazendas de café em vários Estados perderam suas colheitas; em outros, colheitas de algodão, cacau, feijão, arroz, fumo, etc. também se perderam. O valor das terras caiu devido à falta de mão-de-obra. A imigração de trabalhadores e de seus familiares começou a chegar de Portugal, Alemanha, Itália, Espanha e de algumas outras nações. No começo deste século, em 1908, vieram os japoneses. Todos deram uma valiosa contribuição ao desenvolvimento da agricultura e da indústria que também começava suas atividades. Hoje podemos dizer que foram cerca de 6 milhões de imigrantes que com seus descendentes muito contribuíram para o nosso desenvolvimento e progresso.

Nos Estados Unidos também a abolição ocorreu depois de muita luta e até uma Guerra Civil entre o Norte e o Sul do país. No Sul eram os Confederados que não admitiam a emancipação, enquanto que no Norte vários

Estados já haviam libertado seus escravos. A 1º de janeiro de 1863, o Presidente Abraão Lincoln (1809-1865) assinou a Lei proclamando a Emancipação dos Escravos, mas que foi desrespeitada no Sul do país. O Poder Legislativo contornou a questão em 1865 com a 13ª Emenda Constitucional, garantindo a sonhada abolição dos Escravos. Em 1868, o Congresso Federal, através da 14ª Emenda, ratificou a anterior, garantindo explicitamente os direitos políticos dos pretos, segundo se lê na Enciclopédia Americana Internacional (Tom 2, p. 121). Contudo, só quase um século depois, em 1964, que a Suprema Corte do país garantiu, através de um histórico pronunciamento denominado "Civil Rights", o pleno usufruto da cidadania do "black people" daquele país.

A MISCIGENAÇÃO E A ACULTURAÇÃO DOS PRETOS

No Brasil a miscigenação das três raças – índios, portugueses e pretos – em mais de três séculos foi enorme. Por isso mesmo, Gilberto Freyre em vários de seus livros assinala que tem orgulho do nosso país por ter praticado um processo de miscigenação que constitui a única democracia racial existente até agora no mundo. Esta afirmação do mestre de Apipucos é criticada por alguns estudiosos, mas é ao mesmo tempo esposada por outros. O Sociólogo Donald Pierson, por exemplo, depois de ter estudado a fundo o contato racial entre "Branco e Pretos na Bahia", nos anos de 1935-1937 e de ter defendido tese de Ph.D. na então famosa Universidade de Chicago, com o material recolhido naquele Estado brasileiro e de ter ganho, merecidamente, o cobiçado "Anisfield Award", como ressaltamos em trabalho recente⁸ é um dos que concordam com Gilberto, em sentido amplo e no tocante à nossa inusitada miscigenação. Charles Wagley, antropólogo de renome universal, é outro que conhece a fundo o nosso país e que diz explicitamente, em um dos seus livros: "... tradition of racial democracy is a source of great pride to Brazilians. More than any country in the Western World, Brazil is recognized, cited, and applauded as proof that racial democracy can work", muito embora faça algumas restrições, posteriormente⁹. Iríamos ainda longe se fôssemos citar vários outros cientistas sociais, brasileiros, norte-americanos ou europeus que conhecem bem o nosso país e também a nossa miscigenação. Uma prova inegável desse fato foi fartamente demonstrada no Censo Brasileiro de 1980, evidenciando claramente o grau de morenidade do povo brasileiro e que Gilberto Freyre não se cansa em demonstrar e divulgar com inusitado orgulho. Miscigenação em alta escala, acompanhada de uma aculturação, esta em menor proporção que aquela e bem menor que a do preto nos Estados Unidos, como veremos a seguir.

Nos Estados Unidos, uma das maiores vantagens que os pretos conseguiram, depois de muita luta e de um imenso esforço, foi a de ter podido organizar – ainda antes da Guerra de Secessão – inúmeras escolas e universidades com o apoio das muitas igrejas protestantes e algumas católicas, que favoreceram bastante a ascensão social deles, mesmo marginalizados na sociedade dos brancos. Em outras palavras, aculturação em alto grau, mas sem miscigenação. Em 1856 foi organizada a Lincoln University, na Pensilvânia, associada à Igreja Presbiteriana, só para estudantes do sexo masculino. Logo a seguir foram fundadas várias outras somente para alunos pretos de ambos

os sexos. Atualmente – segundo o livro **Lovejoy's Guide To American Colleges and Universities** – existem 68 Colleges e Universidades distribuídas pelos seguintes Estados daquele país:

North Carolina	10 (only for Negroes)
Georgia	9 (only for Negroes)
Texas	8 (only for Negroes)
Alabama	5 (only for Negroes)
Arkansas	4 (only for Negroes)
South Carolina	4 (only for Negroes)
Virginia	4 (only for Negroes)
Louisiana	3 (only for Negroes)
Mississippi	3 (only for Negroes)
West Virginia	3 (only for Negroes)
Outros Estados	12 (only for Negroes)

Essas universidades produziram incríveis mudanças no comportamento social e material, na vida e nos costumes de milhares de estudantes pretos que conseguiram um "status" elevadíssimo em centenas de diferentes profissões, conforme se pode ver no capítulo "Prominent Black Americans – Biographies of Notable Men and Women", no já referido livro **The Afro American**.

Para se ter uma melhor idéia do elevado número de pretos nas Universidades acima citadas e nas demais universidades norte-americanas, onde praticamente não há mais discriminação racial, depois da famosa "civil rights", encontramos 522 mil em 1970 e 1 milhão e 127 mil em 1980. Esses milhares de pretos, com rápida ascensão social, tornam-se verdadeiros líderes em suas comunidades e nas mais diferentes profissões, ocupando bons lugares na atual sociedade dos Estados Unidos, com elevadíssimos salários.

Mesmo assim, e tendo em vista os notórios resquícios dos velhos preconceitos ainda vigorantes naquele país, o "status" de uma pessoa pode ser classificado como "consistente" ou "inconsistente", segundo os valores sociais lá predominantes. **Consistente**, quando a escala de prestígio, de poder, de renda, educação, raça, religião, etc. "are interrelated". Mas se não ocorrer o inter-relacionamento harmônico das referidas variáveis, o "status" será **inconsistente**, como reza um conhecido "textbook" de Sociologia: "The Negro physician, for instance, is status inconsistent because he has low ethnic prestige and high occupational prestige"¹⁰. Como acabamos de ver, a aculturação caminhou bem mais depressa que a miscigenação, naquele país.

RETORNANDO A CASA-GRANDE & SENZALA

O sergipano João Ribeiro, mestre em muitos departamentos da cultura brasileira, foi até certo ponto infeliz ao comentar **Casa-Grande & Senzala**, alguns dias após o seu lançamento, afirmando: "Uma coisa a notar no livro

de Gilberto Freyre é a sua predileção pelos assuntos eróticos, responsabilizando os portugueses por esses pendores sexuais, diminuindo com parcialidade o quinhão das índias e dos negros, sendo a sensualidade dessas raças inferiores muito mais desabrida na concupiscência". Nem tudo é lúbrico nesse livro que hoje – ao completar 50 anos – já é uma obra clássica internacional. Gilberto tratou dos mais variados assuntos nos dois últimos capítulos dedicados ao negro – bem como nos três capítulos anteriores – desse livro notável, "livro número um" da nossa literatura sociológica e extra-sociológica. Alguma coisa de quase erótico muitas vezes vem misturada com os mais variados traços psicológicos, como por exemplo ao dizer: "Na ternura, na mimica excessiva, no catolicismo em que se deliciamos nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhana que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem". Gilberto realça ter sido o negro na América Portuguesa "o maior e mais plástico colaborador do branco na obra de colonização agrária; o fato de haver até desempenhado entre os indígenas uma missão civilizadora no sentido europeizante. Missão que quiséramos fosse melhor conhecida pelos nossos indianófilos. Roquette Pinto foi encontrar evidências, entre populações do Brasil Central, da ação europeizante de negros quilombos. Escravos fugidos que propagariam entre os indígenas, antes de qualquer missionário branco, a língua portuguesa e a religião católica. Aquilombados na Serra dos Pareci, os negros fugidos cruzaram com mulheres roubadas aos indígenas. Uma bandeira que os foi dispersar no século XVII encontrou ex-escravos dirigindo populações aquilombadas de cafuzos. Encontrou grandes plantações. Criação de galinhas. Cultura de algodão. Fabrico de panos grossos. E todos os caborés de maior idade verificaram os bandeirantes que sabiam alguma doutrina cristã que aprenderam com os negros (. . .) todos falavam português com a mesma inteligência dos pretos, de quem aprenderam".

Comparando-se os negros com os indígenas do Brasil, pode-se talvez atribuir parte de sua superioridade de eficiência econômica e eugênica ao regime alimentar mais equilibrado que os dos outros, povos ainda nômades, sem agricultura regular nem criação de gado. Devendo-se acrescentar que vários dos mais característicos valores nutritivos dos negros – pelo menos os vegetais – acompanharam-nos à América, concorrendo para o processo como que de africanização aqui sofrido por brancos e indígenas; e amaciando para os africanos os efeitos perturbadores da transplantação. Uma vez no Brasil, os negros tornaram-se, em certo sentido, verdadeiros donos da terra: dominaram a cozinha. Conservaram em grande parte sua dieta (p. 290), frisou magistralmente o mestre de Apíucos.

Em uma vintena de páginas bastante esclarecedoras, Gilberto faz uma análise mais antropológica que sociológica dos vários estoques africanos que vieram para o Brasil e para outros países latino-americanos, ressaltando que o Brasil recebeu os melhores elementos, culturalmente falando. Melhores que

os dos que foram para os Estados Unidos e para a Inglaterra. Aliás, parece que para as colônias inglesas "o critério de importação de escravos da África foi quase exclusivamente o agrícola. O da energia bruta, animal, preferindo-se, portanto, o negro resistente, forte e barato. Para o Brasil a importação de africanos fez-se atendendo-se a outras necessidades e interesses. À falta de mulheres brancas; às necessidades de técnicas em vários trabalhos de metal, ao surgirem as minas. Duas poderosas forças de seleção. Gilberto analisa ainda os vários estoques africanos que foram para os diferentes estados brasileiros. Em Minas Gerais, por exemplo, deu-se o predomínio das Minas; "não há mineiro que possa viver sem nenhuma negra Mina, dizendo que só com elas têm fortuna". Eram as Minas as melhores donas de casa; "excelente companheira. Sadia, engenhosa, sagaz, afetiva".

Gilberto ressalta ainda à p. 316 que é um absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua nem do Índio, mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Mostra que não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesmo do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse favorece a depravação, criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias. Em seguida vêm páginas e páginas sobre a sífilis e a sífilização entre os escravos, não oriunda destes e da África, mas dos senhores das casas-grandes. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda mulecas de 12 anos a rapazes brancos já podres de sífilis das cidades. Portanto, não foi o negro ou a negra que trouxe a sífilis para o Brasil, como muitos culpam.

As 233 "Notas" referentes ao capítulo IV somam mais de três dezenas de páginas, sendo que algumas dessas "notas" ocupam mais de uma página, com interessantes esclarecimentos, complementando o texto principal. A nota n. 9, por exemplo, estendeu-se por três páginas, ricas todas de diferentes pontos de vista, fazendo o leitor adquirir excelente conhecimento factual e bibliográfico.

CAPÍTULO V: "O ESCRAVO NEGRO NA VIDA SEXUAL E DE FAMÍLIA DO BRASILEIRO"

O rigorismo nas Casas-Grandes não era só com os escravos que tinham também os seus lazeres, integrando bandas de música, câoros de negros nas igrejas, circo de cavalinhos e às vezes eram dentistas, barbeiros e até professores de meninos e "não apenas negros de enxada ou de cozinha", ressalta Gilberto à p. 417. O rigorismo se fazia também com os brancos, principalmente os meninos e meninas e até com as esposas que deviam ter respeito cerimonioso com os patriarcas, chamando-os de "senhor pai". Tudo era senhor pra cá, senhor pra lá. Esse rigorismo durou até o século XIX, quando as mulheres começaram a deixar de chamar os maridos de "senhor", tratando-os por "tu" ou mesmo por "você", acabando-se, aos poucos, com o rígido tratamento de "senhor". Até então, esposas e filhos se achavam quase no mesmo nível dos escravos. Aos poucos o impertigado "senhor" começou ainda a ser tratado por "sinhô", "nhonhô", "sinhosinho", "ioiô", do mesmo

modo que a palavra "negro" adquiriu na boca dos brancos um sentido de íntima e especial ternura: "meu nego", "minha nega" e nas cartas coloniais: "Saudoso primo e muito meu negro", "negrinha humilde", etc., expressões que Gilberto tomou de Taunay, no interessante livro **Sob el Rey Nosso Senhor** (Nota 24).

As meninas das casas-grandes foram criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, vivendo sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos. Meninas de 12 a 15 anos que se casavam com "senhores maridos" de 40, 50, 60 e 70 anos. "Tirania que chegava ao extremo de se internarem moças casadas nos conventos. O marido ficava então à vontade, passando a viver com a amante de sua predileção (Nota 27). As fofocas de então, muito mais ao paladar das "escravas enredeiras e fuxiquentas", umas deladoras, outras que por vingança inventavam histórias de namoro das sinhás-donas, eram constantes. Frades também enredeiros, como no caso de um que "avisou a Dona Verônica Dias Leite, matrona paulista do Século XVII, que a filha estivera algum tempo à janela. Crime horrendo de que resultou – conta a tradição – a mãe ter mandado matar a filha. Outro caso idêntico foi o do patriarca Antônio de Oliveira Leitão "que tendo visto tremular no fundo do quintal da casa um lenço que a filha tinha levado para enxugar ao sol, maldou logo que era senha de algum dom-juan a lhe manchar a honra, não teve dúvida – sacou de uma faca de ponta e com ela atravessou o peito da moça (p. 422). Um outro caso horrendo foi o do Cel. Fernão Bezerra Barbalho que ouvindo os enredos de um escravo, assassinou a mulher e as filhas. Só escapou à morte uma filha – justamente a mais alvejada pelo escravo enredeiro. E quem a salvou da ira paterna foi outra escrava – talvez sua mãe-preta. O Cel. Bezerra foi preso e remetido para a Relação da Bahia, onde em público cadafalso pagou com a cabeça coberta de caás as levandades e os desaíntos do seu errado juízo. Gilberto relata ainda outros casos de enredos de pretos e coisas parecidas, ferindo ou arranhando a moral da época, onde a castidade, vergonha, recolhimento, pejo, encolhimento, sisudez e modéstia foram sempre o insigne distintivo das mulheres do Brasil de então.

Relata ainda inúmeros casos onde as pretas salvaram as sinhás-moças de maus pensamentos e até de más ações, inclusive com estrangeiros, como se lê às p. 424 e seguintes. Por outro lado, as negras também foram muito boas agentes do pecado, pecando muitas vezes para satisfazer seus senhores, no sec. XVI. O Pe. Manuel da Nóbrega, em suas **Cartas**, frisava: "a gente da terra vive em pecado mortal, e não há nenhum que deixe de ter muitas negras, das quais estão cheios de filhos, e é um grande mal (Nota 39).

Com a chegada cada vez maior de escravos africanos, os engenhos de açúcar do Nordeste eram sede ou palco dos mais incríveis acontecimentos. "De um senhor de engenho pernambucano conta a tradição que não dispensava a mão do negro nem para os detalhes mais íntimos da toalete; e de ilustre titular do Império refere von den Steinen que uma escrava é que lhe acendia os charutos passando-os já acesos à boca do velho. Cada branco da casa-grande ficou com duas mãos esquerdas, cada negro com duas mãos direitas. As mãos do senhor só servindo para desfiar o rosário no terço da Virgem; . . . e para agradar, apalpar, amolengar os peitos das negrinhas, das mulatas, das escravas bonitas dos seus haréns".

No senhor branco o corpo quase que se tornou exclusivamente o **membrum virile**. Mãos de mulher; pés de menino, contrastando "com as mãos e pés grandes dos ingleses, dos portugueses", frisa Burton no livro **The Highlands of the Brazil**. "Em contraste com os negros – tantos deles gigantes enormes, mas com pirocas de menino pequeno. Imbert, nos seus conselhos aos compradores de escravos, foi ponto que salientou: a necessidade de se atentarem nos órgãos sexuais dos negros, evitando adquirir os indivíduos que os tivessem pouco desenvolvidos ou mal conformados. Receava-se que dessem maus procriadores" (p. 429).

"É verdade que esses homens moles, de mãos de mulher; amigos exagerados da rede, voluptuosos do ócio; aristocratas com vergonha de ter pernas e pés para andar e pisar no chão como qualquer escravo ou plebeu – souberam ser duros e valentes em momentos de perigos. Souberam empunhar espadas e repelir estrangeiros afoitos; defender-se de bugres; expulsar da colônia capitães-generais de sua Majestade. Foram os senhores de engenhos pernambucanos que colonizaram a Paraíba e o Rio Grande do Norte, tendo de enfrentar índios dos mais bravos e valentes; que livraram o Maranhão dos franceses, que expulsaram os holandeses do norte do Brasil". . . Mas excetuados esses rompantes guerreiros, a vida dos aristocratas do açúcar foi lânguida, morosa. Uma vez ou outra, as "canas" e as "argolinhas"; cavalhadas, danças. Mas raramente. Os dias se sucediam iguais; a mesma modorra; a mesma vida de rede, banzeira, sensual. E os homens e as mulheres, amarelos de tanto viverem deitados dentro de casa e de tanto andarem de rede ou de palanquim. Nos Estados Unidos, onde a rede não chegou a dominar como aqui; onde a moleza dos senhores de escravos se contentou com o sofá e a cadeira de balanço, mais tarde adotada pelo patriarcalismo brasileiro, os homens criados sob a influência da escravidão africana impressionaram aos europeus pelas suas atitudes sempre comodistas; pelo seu andar desengonçado; pela nenhuma esbelteza do seu porte; pelo seu ar de indivíduos fracos do peito, os ombros curvos, as espáduas estreitas. Só a voz, grande e imperiosa. Francis Trollope dá-nos um retrato de americano dos tempos da escravidão que parece de brasileiro do Norte: "I never saw an American man walk or stand well" (Nota 50). E raros os europeus que não se deixaram impressionar pela palidez doentia dos homens e das senhoras americanas de antes da Guerra Civil. O regime econômico de produção – o da escravidão e da monocultura – dominando a diversidade de clima, de raça, de moral religiosa, criou no Sul dos Estados Unidos um tipo de aristocrata mórbido, franzino, quase igual ao do Brasil nas maneiras, nos vícios, nos gostos e no próprio físico. Os ingredientes diversos; mas a mesma forma. O clima quente pode ter contribuído para a maior lubricidade e a maior languidez do brasileiro; mas não as criou ou produziu (Nota 51).

No final do capítulo V, Gilberto analisa inúmeros outros aspectos da casa patriarcal, dos escravos, da religião – esta parte bastante enriquecida com alta dose de catolicidade dos patriarcas, dos brancos da casa-grande e os pretos, nesta ou nas senzalas. Mas sempre exaltando o culto a Vênus. "E não apenas os simples cristãos: também frades e eclesiásticos. Que muitos levaram a mesma vida turca e debochada dos senhores de engenho, sob a provo-

cação das mulatinhas e negras da casa se arredondando em moças; de mulecas criando peitos de mulher; e tudo fácil, ao alcance da mão mais indolente. Foi decerto um dos motivos de Antonil recomendar aos capelães que morassem "fora da casa do senhor do engenho". Fora da casa-grande – antro de perdição. E mesmo morando em casinha à parte, que não tivessem escrava para seu serviço senão velha ou adiantada em idade. A mesma recomendação de Dom Frei José Fialho aos reverendos párocos de Pernambuco: que não tivessem escravas de "menos de quarenta anos". De quarenta anos para cima já não se consideravam as negras perigosas. . .

Na fixação da idade perigosa das escravas é que talvez tenha se enganado Dom Frei José. Parece que as negras não ficam velhas tão depressa, nos trópicos, como as brancas; aos quarenta anos dão a impressão de corresponder às famosas mulheres de trinta anos dos países frios e temperados. Uma preta quarentona é ainda uma mulher apenas querendo ficar madura; ainda capaz de tentações envolventes.

O intercuro sexual de brancos dos melhores estoques – inclusive eclesiásticos, sem dúvida nenhuma, dos elementos mais seletos e eugênicos na formação brasileira – com escravas negras e mulatas foi formidável. Resultou daí grossa multidão de filhos ilegítimos – mulatinhos criados muitas vezes com a prole legítima, dentro do liberal patriarcalismo das casas-grandes; outros à sombra dos engenhos de frades; ou então nas "rodas" e orfanatos. O grande problema da colonização portuguesa do Brasil – o de gente – fez que entre nós se atenuassem escrúpulos contra irregularidades de moral ou de conduta sexual. Talvez em nenhum país católico tenham até hoje os filhos ilegítimos, particularmente os de padre, recebido tratamento tão doce; ou crescido, em circunstâncias tão favoráveis.

CONCLUSÕES

Neste rápido ensaio – abrangendo os dois últimos capítulos de Casa-Grande & Senzala – enxertei, com a devida vênua, algumas contribuições históricas e quantitativas, fugindo um pouco do roteiro de Casa-Grande & Senzala, uma das maiores obras-primas de Gilberto Freyre.

Acredito ainda que, para se completar este ensaio, preciso acrescentar mais uma comparação entre os dois países que mais receberam escravos africanos, Brasil e Estados Unidos, dentre os muitos outros que também receberam escravos pretos no período que medeia entre os séculos XVI e o XVIII. Desta vez incluímos nos períodos de colonização dos dois países os imigrantes que vieram substituir o braço escravo, como mão-de-obra livre que se iniciou nos meados do século passado até o presente.

Já vimos que nos dois países citados os totais de escravos recebidos são discutíveis, mas os dos imigrantes não o são, por óbvias razões, conforme os dados abaixo:

Países	Nº de Escravos	Nº de Imigrantes
Brasil	18.000.000	6.000.000
Estados Unidos	4.500.000	46.000.000

Os números acima falam por si mesmos e não precisam de interpretações, contudo, devemos frisar que no Brasil o escravo negro passou por um processo de miscigenação "única", mas, em compensação, o processo social de aculturação – sobretudo o educacional – devemos reconhecer que foi bastante falho; enquanto que nos Estados Unidos ocorreu justamente o contrário: aculturação modelar e miscigenação quase nula ou de caráter "inconsistente", como já ressaltamos. Só depois do "civil rights" (1964) já referido, que a miscigenação dos descendentes dos ex-escravos começou a se processar, vagarosamente, aparecendo no Censo de 1970 sessenta e cinco mil intercasamentos de pretos e brancos e, em 1980, cento e sessenta e seis mil. Mesmo assim, esses casamentos, em sua maioria, ocorreram com membros das minorias raciais existentes nos Estados Unidos.

Para concluir, resta saber se o processo de miscigenação em alto grau como ocorreu com os imigrantes nos Estados Unidos e os escravos negros no Brasil representam um bem ou um mal. Mas este já é um outro problema.

BIBLIOGRAFIA

- KILPATRICK, William H. **Educação para uma Civilização em Mudança** (Trad. de Noemy Silveira), S. Paulo, Cia. Melhoramentos, s/d., p. 45.
- FREITAS MARCONDES, J. V. "Trabalho e Lazer nos Trópicos", in **CONTRIBUIÇÃO PAULISTA À TROPICOLOGIA**, S. Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974, pp. 17 a 48.
- RAMOS, Arthur. SMITH in T. Lynn and MARCHANT, Alexander (eds.) **Brazil Portrait of Half a Continent**. New York, The Dryden Press, 1951, Cap. 5 (The Negro in Brazil, pp. 123 A 146).
- HARRY A. Ploski and Warren Marr II (eds.), **The Negro Almanac, a Reference Work on the Afro-American**, Bicentennial Edition (1776–1976) New York, The Bellwether Co. p. 1049.
- THE ENCYCLOPEDIA AMERICANA, International Edition, N. York: 1973, vol. XX, p. 66.
- SMITH, T. Lynn. **Fundamentals of Population Study**, New York, J. B. Lippincott Co., 1960, pp. 145 e 505.
- RAMOS, Arthur. Obr. Cit., chap. 5.

J. V. Freitas Marcondes, "O Sociólogo Donald Pierson e o Brasil", **Problemas Brasileiros**, S. Paulo: Federação do Comércio do Estado de S. Paulo, Ano XIX, N° 214, 1982.

WAGLEY, Charles. **Introduction to Brazil**, New York, Columbia University Press, revised edition, 1971, p. 122.

BROON, Leonard & SELZNICK, Phillip. **Sociology**, New York, Harper & Row, 1968. 4th. Edition, p. 177.